

Ata da reunião ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (656) da Universidade Estadual - UEL, realizada no dia 25 de março de 2021.

No dia 25 do mês de março, do ano de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e trinta minutos, na sala virtual, <https://meet.google.com/cfs-ppjm-aha> em razão do isolamento social, decorrente da pandemia de coronavírus, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sob a presidência do Reitor Prof. Dr. Sérgio Carlos de Carvalho, com a presença do Vice-Reitor Prof. Dr. Décio Sabbatini Barbosa e dos seguintes Conselheiros: Isabel Cristina Cordeiro, Lucia Giuliano Caetano, Marcelo Alves de Carvalho de Carvalho, Silvia Regina Tacla, Clísia Mara Carreira, Mauro Roberto Rodrigues, Inês Cristina de Batista Fonseca, Jurandir Guatassara Boeira, Orlando Mendes Fogaça Júnior, Nídia Aparecida Hernandez, Alexandre Orsato, Cássia Vanessa Olak Alves, Silvia Ponzoni, Flávia Alessandra Guarnier, Patrícia de Oliveira Rosa da Silva, Renata Katsuko Kobayoshi, Ana Claudia Saladini, Kely Regiane Tomeleri da Fonseca, Eliandro Rodrigues Cirilo, Claudemir Zucarelli, Patrícia Ayub da Costa, Ângela Pereira Teixeira Victória Palma, Thaís de Souza Rocha, Tania da Costa Fernandes, Edmarlon Giroto, Edméia Aparecida Ribeiro, Marcia Teshima, Natália Rodrigues de Held, Thaís dos Santos Moraes, Paulo Rogério Catarini da Silva, Amauri Alcindo Alfieri, Mara Solange Gomes Dellaroza e Marta Gimenez Favaro. Convidados: Erasmo Cambuí de Melo Filho, Neide Zaninelli, Silvia Meletti, Maria Elisa Cestari, Eduardo Araújo, Cíntia Lara, Alberto Duran Gonzalez, Lisiane Freitas de Freitas, Débora Maiara e Deise Mary Garbelini Bergamin. **I. ORDEM DO DIA. Item 1 - Leitura e Aprovação da Ata nº 654 de 17/12/2020. Item 2 - Leitura e Aprovação da Ata nº 655 (extraordinária) de 11/03/2021.** Aprovadas, com 3 abstenções na Ata 654 e 1 abstenção na Ata 655. **Item 3- Processo 11287/2020 - CASA DE CULTURA - deliberar acerca do Relatório de atividades da Casa de Cultura, referente ao ano de 2019.** O servidor Erasmo Cambui fez o relato em razão de que a Diretora da Casa de Cultura, servidora Maria Helena Bueno estava, no mesmo horário, em reunião do Conselho de Centro do CECA. Erasmo explica: trazer esses números nos causa bastante nostalgia, porque era um tempo em que apesar de todas as dificuldades, podíamos fazer os espetáculos, aglomerar pessoas e promover a arte. Em 2019, apesar de toda a dificuldade da UEL, de baixa de servidores, esses números nos deixam orgulhosos pelo trabalho feito por toda a equipe da Casa de Cultura. Em 2020 esses números serão um pouco prejudicados, por conta da pandemia. Mas, em 2019, a divisão de artes cênicas conseguiu realizar 95 eventos, com 6449 pessoas de público. A divisão de artes plásticas

1 conseguiu mediar 48 encontros, envolvendo escolas públicas, com 1178
2 estudantes. A divisão de cinema em 2019 conseguiu realizar 428 sessões
3 de filmes de diversas áreas e nacionalidades, tendo 7704 pessoas como
4 público. No que tange à Divisão de Música, a OSUEL, conseguiu realizar 48
5 eventos, mesmo tendo apenas 37 músicos efetivos, quando que uma
6 orquestra sinfônica deveria ter entre 80 a 100 músicos. Os coros da UEL
7 realizaram 78 exposições, para 17.980 pessoas. No Ouro Verde, que agora
8 só tem um servidor, foram 57 eventos realizados naquele espaço, para um
9 público de 61mil pessoas. Prof. Gilmar – registra a contribuição que a Casa
10 de Cultura dá aos cursos do CECA, gostaria de agradecer e parabenizar o
11 trabalho desse órgão complementar pelo trabalho que tem feito pela formação
12 cultural de nossa população e formação acadêmica de nossos estudantes.
13 Apesar de todas as dificuldades, tem feito um trabalho de excelência. O prof.
14 Paulo Rogério pergunta que consta do relatório que há pessoas
15 concursadas aguardando nomeação. Esse cenário mudou? Alguém entrou
16 via judicial? Erasmo – apenas 1 servidora teve êxito na Justiça. Um outro
17 servidor até entrou com o processo, mas a Justiça não lhe deu ganho de
18 causa. Quando voltarmos à ativa, Ouro Verde, Divisão de Música, teremos
19 dificuldades para atender às demandas, porque hoje, contamos apenas com
20 1 servidor ativo. Prof. Mauro faz uma correção no relato, esclarecendo que
21 foi a DAP - Divisão de Artes Plásticas, que foi transferida de endereço.
22 Complementa, ressaltando que uma das funções que a Casa de Cultura
23 desempenha é o trabalho pedagógico, não só ao público da cidade, mas,
24 aos cursos de Música, Artes Cênicas e Design, nós temos apoio desses
25 servidores em nossos laboratórios experimentais. A Casa de Cultura, em
26 suas múltiplas divisões, auxilia sempre na parte formativa dos estudantes
27 desses cursos. **Relatório aprovado por unanimidade. Item 4 - Processo**
28 **1463/2020 – BIBLIOTECA CENTRAL - deliberar acerca da minuta de**
29 **Resolução que propõe a Política Institucional de Informação Técnico-**
30 **Científica na UEL, no que se refere ao Repositório Acadêmico**
31 **(Relatora: Neide Zaninelli)**. Se trata de um repositório acadêmico nesse
32 momento, ainda não é institucional. Contamos com a participação da ATI e
33 da PROGRAD. Esse documento vem nortear algumas etapas do repositório,
34 após ser instalado. Já passou pela Câmara de graduação, que foi aprovado
35 com algumas ressalvas e inserções. Depois, seguiu para a Câmara de Pós-
36 graduação e Câmara de Pesquisa, que também sugeriram a inclusão de
37 dois artigos. Por fim, passou pela PJU, que considerou importante ter um
38 termo de consentimento do autor, para autorizar a publicação das obras.
39 Não vemos necessidade, porque esse termo já está no sistema, para que o
40 autor coloque a sua publicação no sistema, ele automaticamente precisa
41 autorizar a divulgação. Os termos que lá estão dispostos estão bem claros.
42 Se o autor não concorda com os termos, ele não insere o texto. A PJU
43 também sugeriu uma certidão negativa de plágio. Achamos bem

1 interessante, porém, a UEL não tem nenhum software que emite essa
2 certidão negativa. Aprovado por unanimidade. **Item 5 - Processo**
3 **19851/2019 - PROPPG - deliberar acerca da atualização da Resolução**
4 **CEPE 020/2014, referente ao Programa de Professor Sênior na UEL**
5 **(Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri)**. A motivação para essa proposta, partiu
6 da conselheira Angela Palma, que havia nos solicitado, em uma reunião do
7 CEPE, que os processos de professor sênior tinham longo percurso de
8 aprovação e que passavam pelo CEPE, sendo algo um tanto quanto
9 cartorial, uma vez que já são aprovados em suas instâncias acadêmicas.
10 Então, com vistas a alterar o trâmite desses processos, elaboramos essa
11 minuta. A resolução vigente é de 2014 e tinha algumas falhas que geravam
12 dúvidas entre os coordenadores dos programas. A leitura dessa proposta
13 está mais fluida, e acredita-se que possa minimizar bem as dúvidas que
14 sempre chegavam até a PROPPG. Com a aprovação dessa resolução,
15 esses processos já não mais passarão pelo CEPE, uma vez que já há na
16 tramitação, um longo caminho de análise e deliberação. Essa minuta
17 demorou para chegar ao CEPE, porque tramitou entre PROPPG,
18 PROPLAN, PROEX (porque também há professor sênior em extensão),
19 depois pela PRORH e finalmente pela PJU. Profa. Angela Palma – as
20 sugestões que fará no documento, já foram feitas na câmara de pós-
21 graduação. Em setembro, fez as mesmas sugestões na câmara de pós-
22 graduação e não estão contempladas no texto atual. Por alguma razão, as
23 sugestões que foram aprovadas na câmara de setembro, não estão postas
24 no texto que está encartado no processo. Sugestão na ementa e no Art. 1º
25 excluir a palavra “novo”. Art. 3º II - Incluir ao término das frases cursos de
26 especialização *lato sensu*. III – Incluir ao término das frases cursos de
27 especialização *lato sensu*. Art.5º. I – para atuar na graduação passa por
28 várias instâncias e a última é a Câmara de Graduação. II – para atuar no
29 programa de pós-graduação *stricto sensu*. Passa também por várias
30 instâncias, mas, o último é referendo do presidente da Câmara de Pós-
31 Graduação, então não passará pela Câmara só haverá o referendo. IV –
32 para atuar na extensão passa pelas instâncias, mas, a última é a Câmara
33 de Extensão, Cultura e Sociedade. Pergunta o porquê da diferença entre as
34 diversas atuações do professor sênior, um termina na Câmara de
35 Graduação, outro só referenda e o último vai para Câmara de Extensão?
36 Sugere que fiquem todos os pedidos no referendo de quem estiver
37 presidindo as referidas Câmaras, assim como sugerido no inciso II, para a
38 pós-graduação *stricto sensu*, desta forma padroniza. Excluir a letra “c” do
39 inciso III do Art 5º. Prof. Amauri – com relação ao *lato sensu*, o que foi
40 discutido longamente, é que não há óbice algum para um professor
41 aposentado dar aula nos cursos de *lato sensu*. Os coordenadores já
42 convidam pessoas de fora da UEL, um ex professor, enfim, por isso, não foi
43 colocado no artigo 3º, nas duas situações. O grande problema é que no

1 *stricto sensu*, obrigatoriamente já passava pelo colegiado de pós *stricto*
2 *sensu*. Nós não tínhamos uma outra instância, quando se quer fazer uma
3 atividade de ensino de graduação, esta deveria enviar para a câmara de
4 graduação e o mesmo se daria no caso da Extensão. Foi por isso que
5 deixamos fora do art. 3º o *lato sensu*. Profa. Angela – a preocupação é que
6 quando um professor é convidado para ser sênior, fica sem amparo a sua
7 participação no *lato sensu*. Quanto as instâncias de aprovação, se ele foi
8 convidado para atuar na graduação, entendo que deve tramitar sim, na
9 PROGRAD e respectiva câmara, até porque, tem pauta e outros
10 documentos. Precisamos manter um padrão de aprovação. A letra “c”, do
11 inciso 3, do art. 5º “projetos que dependem de órgão suplementar” [...] *lato sensu*
12 aparece novamente projetos de ensino, pesquisa, inovação, ou seja,
13 ampliou e repetiu a pesquisa. Apenas o inciso 5 contemplaria todos os
14 outros, poderia eliminar a letra “c” do inciso 5º. Prof. Amauri justifica que isso
15 está escrito para contemplar os projetos integrados. Prof. Edmarlon –
16 acredita que o trâmite aprovado esteja em uma determinada ordem, no caso
17 de aprovação na graduação, primeiro passa pelo Colegiado, depois no
18 Conselho Departamental. Segundo, no inciso dos órgãos suplementares,
19 não teria que ter órgãos de apoio também? Prof. Amauri – sim, acredita que
20 podem ser incluídos na resolução. Profa. Angela – sobre a questão do
21 Conselho de Colegiado, este deve ser ouvido primeiro mesmo, a ordem está
22 correta na minuta, uma vez que é um convite ao professor para ser sênior,
23 o departamento é uma instância administrativa, a instância acadêmica, é o
24 Colegiado. Prof. Amauri – inclusive recebemos alguns pedidos de professor
25 sênior que apresentam erro de origem e a PROPPG tem que devolver, a
26 exemplo daqueles protocolados pelo próprio candidato a sênior, sendo que
27 não é ele quem tem que solicitar, ele é convidado para atividades de
28 extensão, pesquisa, pós-graduação e ensino por algum órgão colegiado.
29 Prof. Amauri – precisamos discutir o *lato sensu*, que a profa. Angela sugeriu.
30 Profa. Angela – está aqui representando o *lato sensu*, então, vai sempre
31 fazer a defesa do *lato sensu*, assim como a defesa dos demais. É um zelo
32 nosso que estamos representando e entende a justificativa do prof. Amauri,
33 mas, também não compromete a resolução se acrescentar, pelo menos sob
34 sua perspectiva, mas, os colegas decidem sobre esta questão. A outra
35 sugestão é sobre o art. 5 que todas as etapas de convite ao sênior fiquem
36 somente de *referendum* e não precise passar nas câmaras, nas principais,
37 extensão, graduação e pós-graduação. Prof. Sérgio – na avaliação dos
38 colegas, a sugestão da profa. Angela muda o espírito? Prof. Eduardo – pede
39 desculpas pois não conseguiu chegar desde o início, em razão de uma
40 reunião com o comitê PROIC e não consegue opinar sobre as sugestões da
41 professora. Profa. Lisiane - essas alterações quando foram apresentadas
42 na Câmara a qual a professora pertence, foram aprovadas? Porque se
43 foram aprovadas, elas precisariam ser incluídas no texto. Profa. Angela –

1 essas sugestões foram aprovadas na câmara de pesquisa e não foram
2 contempladas. Como é representante desta câmara no CEPE, precisa
3 trazer essa posição. Prof. Sérgio relata ao professor Eduardo que estamos
4 aqui em uma negociação, a profa. Angela fez uma série de sugestões,
5 provenientes da Câmara de Pesquisa e como estamos tentando construir
6 um texto conjunto e essas construções podem ser demoradas, se a
7 professora Angela puder repetir as posições para o professor Eduardo, que
8 foi quem mais se debruçou sobre o texto, para verificarmos se as posições
9 que estão sendo apresentadas mudam o objeto do texto ou não, pois não
10 havendo mudanças podemos incorporar as sugestões ao texto, sem
11 problemas. Profa. Angela – primeiro excluir a palavra “novo” da ementa e
12 do Art. 1º, fica estabelecido o regulamento. Art. 3º, no inciso II e III, depois
13 da palavra *stricto sensu*, acrescentar curso de especialização *lato sensu*.
14 Prof. Eduardo – sobre este ponto pensa que essa resolução foi feita para
15 gente poder definir o que um professor sênior pode fazer, e aquilo que não
16 estiver descrito, em seu entendimento, representa o que ele não poderia
17 assumir, então, no caso do *lato sensu*, independente se o docente é sênior
18 ou não, ele pode ser convidado para ministrar aulas em cursos de *lato*
19 *sensu*, por isso que o *lato sensu* não apareceu no texto, porque não
20 aparecer, não o exclui dessa possibilidade, no caso do *stricto sensu*, se não
21 aparecesse no texto, era um contexto diferente, em que o docente não
22 conseguiria participar como professor sênior, até porque, tem que ter um
23 vínculo funcional para que o professor participe. Como são características
24 diferentes, de quem pode participar de cada um e no *lato sensu* independe
25 de ser professor sênior, não colocamos o termo e acha que não precisaria
26 existir, mas, não inviabilizaria o que escrevemos. Profa. Angela – só espera
27 que quando um professor for convidado para graduação e para o *lato sensu*,
28 uma modalidade não fique sem amparo. Retira a proposta e acata a
29 justificativa do Prof. Eduardo. No que diz respeito à tramitação, para atuar
30 na graduação, há vários Colegiados, Departamentos e Conselho de Centro,
31 no entanto, a última instância seria a Câmara de Graduação, no inciso II,
32 para atuar no programa de pós-graduação *stricto sensu*, também passa por
33 diversas instâncias e o última seria o *referendum* do Presidente da Câmara
34 de pós-graduação, aqui vê uma diferença. Seria melhor padronizar o
35 trâmite, porque o *stricto* está sendo diferenciado aos demais, então, se nós
36 damos o peso dentro do *stricto*, que passa por todas essas instâncias, o da
37 graduação, o peso serão os três órgãos que avaliarão toda a documentação
38 do professor, temos que lembrar que a origem é um convite, então, se o
39 departamento está convidando é porque quer que aquele colega continue
40 conosco. Assim, deseja que a última linha fique igual ao inciso II, referente
41 ao Presidente da Câmara de Graduação, Extensão ou da Pós-Graduação.
42 Prof. Sérgio – o “novo” está retirado, sem problemas, no caso do professor
43 participar do *lato sensu* há o entendimento que não constar não inviabiliza

1 e o terceiro é padronizar o *referendum* a todos os presidentes de câmaras.
2 Profa. Angela – seria a padronização de tramitação. Prof. Amauri – gostaria
3 de ouvir as Pró-reitoras Marta Fávaro e Mara Solange. Profa. Marta – tem
4 um aspecto interessante de chegar à Câmara de Graduação para
5 apreciação, por conta da divulgação, mas, a Profa. Angela tem razão no que
6 diz respeito às instâncias anteriores, se é convite e o colegiado convida e
7 aprova, o departamento aprova, as instâncias anteriores aprovaram,
8 chegaria para a Graduação apenas para o conhecimento e *referendum*,
9 porque os colegas que são das outras áreas não teriam o porquê implicar
10 para a atuação desse profissional na base, considera que não seria um
11 problema chegar à PROGRAD apenas para o *referendum*, considerando as
12 instâncias anteriores de aprovação. Profa. Mara Solange – pensa que não
13 há prejuízo, ficou imaginando um futuro, onde nossos técnicos também
14 possam coordenar projetos e nas situações em que os projetos pudessem
15 vir diretamente de um órgão em que este técnico pudesse estar lotado, de
16 qualquer forma, todos os órgãos têm suas devidas diretorias e divisões que
17 vão ter que aprovar esta ação, então, não vê nenhum óbice que seja
18 somente referendado pelo Pró-Reitor. Prof. Edmarlon – o trâmite para atuar
19 no programa de pós-graduação envolve o colegiado do programa *stricto*
20 *sensu*, para depois ter o referendo do presidente da Câmara de Pós-
21 Graduação, não sabe se foi por este motivo que as outras modalidades de
22 atuação teriam que passar pelas respectivas Câmaras. Caso o *referendum*
23 seja algo aprovado para as outras atuações como o ensino, extensão, ainda
24 há necessidade de passar pelo colegiado de pós-graduação *stricto sensu*?
25 Isso em relação ao inciso 2. Prof. Amauri – foi aqui que explicou para a
26 professora Angela quando ela questionou a passagem pelas Câmaras, e
27 não passava pela Câmara de Pós-Graduação, porque tem outra instância
28 anterior que é o Colegiado de Pós-Graduação *stricto sensu*, acha
29 interessante passar porque dentro do *stricto sensu* somos cobrados por
30 itens e regras que o professor sênior obrigatoriamente tem que exercer,
31 então, na realidade, muitas vezes o Conselho de Centro e até mesmo o
32 Departamento, não sabem. Nunca viu colegiado algum negar um pedido
33 desses, mas, a única coisa que eles fazem é orientar que vai ser um
34 professor permanente, mas, não está inserido na formação de aluno de
35 graduação, porque ele está sem aluno de IC, então eles olham e falam que
36 realmente ele está exercendo atividades de professor permanente, ele
37 orienta na graduação e na pós-graduação, ministra disciplinas na pós-
38 graduação, coordena projetos. Essas atividades são obrigatórias e a única
39 coisa que o colegiado faz é averiguar se está tudo certo, já teve casos que
40 o colegiado realmente indicou o que estava faltando para ser inserido na
41 categoria de professor permanente do programa, por isso, passamos por lá,
42 mas, nunca viu reprovação, apenas indicações. Profa. Silvia Ponzoni – acha
43 que uma vez que os coordenadores da Câmara de Graduação e Extensão

se manifestaram que não vêm empecilho de que seja a tramitação da mesma forma, não vê porquê continuar esta discussão, entende que no caso do *stricto sensu* existe uma preocupação que é bastante diferente para aquele docente que vai atuar na graduação, na parte de ensino ou na extensão. Existem critérios que são específicos da pós-graduação, então, o *referendum* de cada presidente das câmaras, equaliza os procedimentos e desburocratiza. Quanto à divulgação, basta que os coordenadores informem nas câmaras, os professores que ingressam na modalidade sênior. Prof. Sérgio – em regime de votação, os favoráveis à aprovação da minuta em tela, com as alterações que foram consensuadas, se manifestem. 28 Votos favoráveis; 4 abstenções. Aprovado com 4 abstenções. **Item 6 - Processo 1626/2021 - PROPPG - deliberar acerca da proposta de alteração dos Artigos 3º e 16 da Resolução CEPE 033/2014 (Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu*) (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri)**. Trata-se de uma demanda dos cursos de especialização em Direito, e pela resolução atual, temos as modalidades presencial, fora de sede e a distância (EAD), e agora, pede-se para inserir a modalidade Remoto Síncrono, que é uma proposição do colegiado *lato sensu*. Profa. Angela Palma – esse nome que colocamos na página 26, educação *on-line*, por uma sugestão da Profa. Diene, que é uma pesquisadora da área, mas, essa sugestão não foi aprovada pela câmara, por isso, permaneceu a nomenclatura remoto síncrona. Na Resolução CEPE nº 33/2014, Art. 16, pede para incluir um Parágrafo único – O coordenador que optar por esta estratégia de oferta “aula remoto síncrono” deverá prever na reformulação do Projeto Político Pedagógico do curso e incluir as seguintes possibilidades – a) oferta das disciplinas na sua integralidade “aula remoto síncrona”; b) oferta de parte das disciplinas “aula remoto síncrona”. A opção de oferta, do formato das aulas, será estabelecida, em cada edição, no momento do lançamento do edital. Profa. Patrícia Ayub – essa demanda veio do colegiado de pós-graduação *lato sensu* dos cursos profissionalizantes, é uma preocupação dos cursos de Direito, mas, também é uma viabilidade que os cursos de outros centros apresentaram de que nós precisamos nos organizar, além da segurança jurídica, porque já estamos adotando o ensino remoto síncrono, nossa preocupação é que os cursos precisam fazer uma planilha orçamentária/financeira e a que temos atualmente carrega os custos como se fosse a modalidade presencial e não é o que ocorre, então, estamos ofertando um curso com um custo um pouco maior, porque no momento, não estamos tendo despesas de passagens, refeições, hospedagem, deslocamento. Com isso, podemos baixar nossos custos e, assim, tornarmos mais competitivos no mercado. A proposta traz mais segurança jurídica para a UEL também. No momento em que estamos em pandemia, essa alteração é essencial e se adequa à realidade. Alguns cursos, em análise conjunta com a PROPLAN, conseguiram reduzir 50% do

1 seu custo global. Essa possibilidade pode abrigar estudantes que
2 anteriormente não teriam condições financeiras para arcar com uma
3 mensalidade alta. Prof. Sérgio – houve a sugestão da profa. Angela, a
4 sugestão compromete o texto? Profa. Angela – a sugestão é que se criem
5 possibilidades, para que se a coordenação do curso entender que deva
6 fazer, ele necessariamente fará um novo projeto político pedagógico e
7 passará em todas as instâncias. A sugestão é incluir como parágrafo único
8 do artigo 16, possibilidades: a) oferta das disciplinas na sua integralidade
9 “aulas remoto síncronas”; b) oferta de parte das disciplinas “aulas remoto
10 síncronas”. A opção de oferta, do formato das aulas, será estabelecida, em
11 cada edição, no momento do lançamento do edital. Se 2022 tem um
12 coordenador que deseja ofertar integralmente o curso com aula remota, ele
13 vai lançar o edital integralmente nessa modalidade, mas, tem que estar
14 proposto no projeto dele, se tiver somente aula remota este curso não
15 poderá ofertar nenhuma disciplina presencial, então, a sugestão é ampliar
16 as possibilidades, que em um edital ele possa fazer integralmente aula
17 remota, em um outro edital seja por qualquer razão possa fazer parcial, aula
18 remota e presencial, e outro momento se o coordenado desejar, somente
19 aula presencial. Profa. Patricia Ayub – o curso vai verificar o que é viável e
20 em edital ele estabelece isso, mas, aqui, deixamos a previsão. Profa. Silvia
21 Meletti – não vê que comprometa a inserção dessa sugestão da profa.
22 Angela, a dúvida é se isso deva estar na resolução, ou pode ser uma
23 instrução de serviço que oriente os professores em como agir. Caso o CEPE
24 entenda que deve ser incluída na redação dessa resolução, também não se
25 opõe. Prof. Mauro – a proposta da Profa. Angela garante a natureza dos
26 diferentes cursos e das diferentes formações. Profa. Silvia Meletti –
27 concorda com o Mauro, inclusive essa foi a motivação da solicitação dos
28 cursos profissionalizantes, que houvesse a inserção dessa possibilidade do
29 modo remoto, como uma forma de regulamentar o que está sendo feito, em
30 razão da pandemia e sem que haja o impedimento das alterações. Por
31 enquanto, estamos no remoto, mas se após isso quisermos voltarmos ao
32 modo presencial, tudo bem, essa decisão cabe aos cursos e temos que dar
33 o suporte normativo e legal a esses cursos para que isso possa ocorrer. Em
34 regime de votação: a aprovação do texto, com a sugestão da Profa. Angela.
35 Aprovado com 29 votos favoráveis e 2 abstenções. **Item 7 - Processo**
36 **1140/2021 – PROPPG - Deliberar acerca da proposta de alteração do**
37 **Regimento do Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas**
38 **(M/D) (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** **Item 8 - Processo 1097/2021 -**
39 **PROPPG - Deliberar acerca da proposta de alteração do Regimento do**
40 **Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular (M/D)**
41 **(Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** **Item 9 - Processo 505/2021 - PROPPG**
42 **- Deliberar acerca da proposta de alteração do Regimento do Programa**
43 **de Pós-Graduação em Letras Estrangeiras Modernas (Mestrado**

Profissional) (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri). Relato em bloco, todas essas alterações já foram aprovadas em seus respectivos departamentos, Conselhos de Centros e Câmara de pós-graduação. O regimento de Ciências Biológicas foi uma atualização no art. 22, de alteração do prazo de qualificação de 22 meses para 18 meses e doutorado de 44 meses para 30 meses. Art. 6º pré-requisito de publicação para credenciamento, e publicação na base ISI e não mais na base Qualis. Por fim, o ajuste do tempo de defesa de mestrado e doutorado que passou a ser de 50 minutos. O item 8 trata do regimento do programa de Genética e Biologia Molecular, trata-se de uma alteração pontual do artigo 16, o qual não existia normas para mudanças de nível direta, do curso de mestrado para o doutorado, independentemente de processo seletivo, conforme dispõe a CAPES, então, no regimento anterior, não havia possibilidade do aluno passar do mestrado para o doutorado, sem passar pelo teste seletivo. O item 9 trata do Programa de Línguas Estrangeiras Modernas, que também foi aprovado em todas as instâncias superiores, foram realizadas alterações para atender as sugestões da CAPES, por exemplo o artigo 8º. Precisaram explicitar os critérios de credenciamento e credenciamento (artigos 17 ao 20). Incluir carta de intenção para a seleção de estudantes, que no regimento anterior não havia essa previsão. Em regime de discussão. Em regime de votação: **Aprovados por unanimidade. Item 10 - Processo 1096/2021 - PROPPG - Deliberar acerca do pedido de inclusão de docente, na categoria de professor sênior, junto ao Programa de Pós-Graduação em Genética e Biologia Molecular (M/D) (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri). Item 11 - Processo 11220/2020 - PROPPG - Deliberar acerca do pedido de inclusão (prorrogação do vínculo) de docente, na categoria de professor sênior, junto ao Programa de Pós-Graduação em Agronomia (M/D) (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri). Item 12 - Processo 11221/2020 - PROPPG - Deliberar acerca do pedido de inclusão (prorrogação do vínculo) de docente, na categoria de professor sênior, junto ao Programa de Pós-Graduação em Agronomia (M/D) (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** Com a aprovação do item 5º essas serão as últimas aprovações de professor sênior que passam pelo CEPE. O item 10 se justifica em razão de que a professora Claudete Ruas está com uma orientadora de doutorado e precisa continuar. A docente tem ampla produção intelectual e é extremamente importante ao programa, por isso, o pedido de prorrogação. O processo 11 se trata do Professor Pedro Janeiro Neves, também é uma prorrogação e passou por todas as instâncias. O professor tem contribuído significativamente, com 4 disciplinas, é editor da revista Sêmina, e está orientando 3 doutorandos. Por fim, o 12º item é da Profa. Lúcia Takahashi, que também é uma prorrogação. Participa plenamente do programa com 2 disciplinas, orientações de dois mestrados e dois doutorandos, além de contribuir também como editora da revista

1 Sênior. **Aprovados por unanimidade. Item 13 - Processo 887/2021 –**
2 **PROPPG - Deliberar acerca da proposta de ampliação do número de**
3 **vagas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação em Química, para o**
4 **Curso de Doutorado (Relator: Prof. Dr. Amauri Alfieri).** É um pedido de
5 aumento do número de vagas, apenas do Doutorado, passando de 22 para
6 35 vagas, que foi uma solicitação da CAPES, para a possibilidade de
7 credenciamento de novos docentes. Um dos pontos negativos foi a baixa
8 relação de número de dissertações e teses por docente, cujo percentual
9 estava em 0,17, sendo que a média nacional é 1,7. Em regime de votação.
10 **Aprovado por unanimidade. INFORMES** – Prof. Sérgio Carvalho – informa
11 que estamos com a campanha de combate ao coronavírus e estamos
12 recebendo ajuda de alguns setores da sociedade. Até mesmo na nossa
13 comunidade, vários diretores de Centros estão fazendo campanhas,
14 gravando vídeos, as Pró-reitorias estão bastante atuantes. Fizemos uma
15 *live*, falando da situação da saúde e do que a UEL tem feito nesse um ano
16 de pandemia. Ainda há algumas pessoas que precisam ser orientadas a não
17 fazerem festas, não se aglomerarem, há estudantes, professores e
18 servidores que publicam fotos em eventos como esses, então, estamos com
19 essas campanhas de mobilização para ajudarmos o HU. Cuidando da nossa
20 saúde, mantendo a vigilância nos cuidados com os aspectos de higiene e
21 sanitários. Já com um ano de pandemia, temos mais dificuldade de manter
22 as pessoas em casa. Está todo mundo cansado, no Brasil todo, em março
23 do ano passado estávamos mais cautelosos, até por não conhecer muito
24 sobre o vírus. O outro informe é sobre a Lei de Fundações, um projeto que
25 foi motivado pelas Instituições de Ensino porque, a Lei de Fundações é uma
26 lei federal e o fato da lei de fundações, ser lei federal e cada universidade
27 ter fundação de apoio, faz com que este espelhamento não seja perfeito e
28 não seja bom, isso gera muitos transtornos para os presidentes das
29 fundações e para as reitorias ao longo dos anos. Não teve nenhum problema
30 quanto as fundações, mas, no passado houve muitos problemas, embora
31 tenham alguns aspectos daquela lei que não são aspectos que as reitorias
32 propuseram e é para trazer para o nível Estadual a regulamentação que já
33 tem para as Universidades Federais. Não tem nenhuma grande novidade
34 ali, mas, sempre há polêmicas, principalmente nesse momento que estamos
35 extinguindo cargos no setor público e um dos objetivos primordiais e
36 principais da lei de fundação é possibilitar que a gente faça inovação em
37 consórcio com nossas fundações, elas sejam operadoras no processo de
38 transferência de tecnologia que eventualmente pode acontecer, novamente,
39 trazer para o nível estadual uma regulamentação que já existe no nível
40 federal, a Lei de Fundação Federal foi mudada quando a Lei de Informação
41 Federal foi alterada e também está tramitando na Assembleia Legislativa o
42 Projeto de Lei de Inovações, que foi discutido amplamente nos espaços que
43 lidam com inovação, nas Universidades do Paraná e outros setores que

lidam com inovação no Estado. Um outro informe que é importante que o CEPE saiba, e vou fazer uma memória, nós, há cerca de uns 8 anos, desde 2012, vivenciamos um momento muito tenso em que a PRORH descobriu em quantidade muito grande um processo de fraude de diplomas e certificados de cursos para ascensão profissional na carreira de técnico administrativo, 40 pessoas foram envolvidas, dos mais variados níveis, tínhamos diferentes níveis de fraudes, desde diploma de graduação da UEM, assinado por pró-reitor da UEL, verdadeiras aberrações, cursos de extensão, até pessoas que fizeram ensino médio, fizeram as aulas, mas, em uma escola que não era credenciada. A comissão chega a uma avaliação de punições que não foi a demissão, e há um agravamento por parte da autoridade da época para demissão, isso vai para o Conselho Universitário e começam a dividir os casos para discussão, houve uma discussão intensa naquele momento. Existe um bate-boca até uma hora que um professor levanta, ele se insurge quanto ao encaminhamento que está sendo dado e diz que só demitiria um técnico-administrativo, quando um docente for demitido nessa Universidade, piorando a situação da discussão. Calhou que naquele momento estava transitando na Universidade uma proposta de avaliação docente, duas semanas depois dessa discussão intensa do C.U, a proposta é apresentada para o conjunto da Universidade e previa a demissão docente, evidentemente não basta ser inocente, deve haver a ausência de suspeita, e houve a suspeita de que aquilo era para equilibrar aquele momento tenso, político que estava criado dentro da Universidade. O resultado foi que o processo de demissões deram sequência, só conseguimos concluir os trabalhos desses processos e chegar à sentença final em 2016/2017, com demissão dos autores da fraude, suspensão de outros, descontos, uma parte fez acertos para devolução de valores, mas, antes disso começou a transitar, dentro das instâncias da universidade, dos centros de estudos, o projeto de avaliação docente, naquele ambiente. Houve resistência muito grande, porque trazia um caráter contaminado e foi muito conturbado, esse processo tramitou por meio de uma resolução CEPE/CA. Naquele momento era Diretor do CESA e enquanto conselheiro, foi contrário à parte punitiva de demissão, embora a motivação para o processo de avaliação, fosse, em parte, motivado por avaliações externas, a exemplo do que ocorre com o SINAES, que exigem avaliação docente. Temos uma normativa do Conselho Estadual de Educação para o Ensino Superior que também exige avaliação. Calhou que naquele momento, relendo o estatuto e o regimento, ficou em dúvida sobre a tramitação do processo e pediu uma questão de ordem para o CA, dúvida se a tramitação correta era aquela, que a resolução CEPE/CA deveria regular a avaliação docente. O jurídico, à época, informou que estava correto, era uma resolução C.U, voltou para o C.U, a proposta foi retirada de pauta, porque a resolução CEPE/CA não era válida pois não era a instância que tinha

1 poderes para regular a avaliação docente. O sindicato estava em guerra
2 porque os técnicos queriam avaliação docente e o sindicato docente não
3 queria, havia uma insurgência contra o estágio probatório. Naquela mesma
4 discussão, que tirou aquele projeto que estabeleceu que a universidade
5 deveria fazer um processo de discussão do estágio probatório e depois da
6 avaliação docente, deveria ter passado por instâncias e os anos avançaram
7 e fizemos uma comissão própria de avaliação, a CPA, que fez o
8 levantamento de todos os itens que são avaliados nas universidades, levou
9 o relatório para o C.U e foi aprovado por unanimidade. Se não estiver
10 equivocado, um dos apontamentos de itens que a universidade não cumpria
11 em sua autoavaliação e que vários órgãos externos exigem da universidade
12 é que não tinha a avaliação docente. A partir disso, foi instituída uma
13 comissão do estágio probatório, os integrantes trabalharam 2017-2018 e
14 encerraram o relatório que foi apreciado pelo CEPE, CA e foi para o C.U,
15 cujo instrumento de avaliação do estágio probatório foi aprovado. A próxima
16 fase era criar um instrumento de avaliação docente, e houve uma sugestão
17 do conselheiro Nilson Magagnin de que a mesma comissão do estágio
18 probatório pudesse também elaborar o instrumento de avaliação docente,
19 isso foi em março de 2019. Nós acatamos essa posição do C.U,
20 estabeleceu-se a comissão e foi recomendado que fossem chamados
21 representantes do DCE, do sindicato dos docentes e dos técnicos, para
22 integrarem a comissão e assim, fizeram os trabalhos. Em determinado
23 momento de 2020, o relatório foi fechado, levado para apreciação no C.U e
24 houve recomendação da comissão que o instrumento fosse encaminhado
25 para as instâncias da universidade, ou seja, para todos os Centros de
26 Estudos, DCE, Sindicato dos Servidores e Sindicato dos Docentes, para
27 que apreciassem e pudessem trabalhar o texto, propondo sugestões, para
28 que não fosse um texto punitivo e sim avaliativo e indutivo. Acatamos e
29 estabelecemos um cronograma, encaminhamos às instâncias e agora este
30 processo está em discussão dentro dos Centros de Estudos. Essa comissão
31 sempre teve membros do CEPE, da Câmara de Graduação, Câmara de
32 Pós-Graduação, porque a ideia é que tem que gerar um profissional ensino,
33 pesquisa e extensão. Então, encaminhamos o documento para todas as
34 instâncias para que possam ler os instrumentos e equilibrá-los. Estamos
35 fazendo isso também porque a CPA tinha detectado no relatório de 2018,
36 que uma das fragilidades que a universidade tinha, era quando da avaliação
37 de alguma Instituição Externa, perdíamos pontos por não termos um
38 instrumento de avaliação docente. No ano passado, passamos por um
39 processo de credenciamento da Universidade Estadual de Londrina, como
40 universidade, passamos, mas, não passamos com dez, houve
41 recomendações que serão cobradas daqui a dez anos. Uma das
42 recomendações é que nós precisamos de um instrumento de avaliação
43 docente, uma vez que temos instrumento de avaliação de servidor técnico,

1 eles não disseram qual instrumento de avaliação docente, uma vez que as
2 universidades têm práticas variadas. Então, estamos discutindo isso nos
3 Centros de Estudos, o CEPE participou o tempo todo desta discussão,
4 assim como as demais câmaras. A normativa que o C.U tinha colocado é
5 que o instrumento não tenha caráter punitivo, tenha caráter indutivo, para
6 induzir que tenhamos um tipo de atividade na universidade que faça a
7 integração ensino, pesquisa e extensão. O presidente do C.U tem que
8 obedecer ao Conselho Universitário, para terem ideia. No C.U, houve a
9 discussão do relatório da comissão, foi aprovado, o instrumento é esse e
10 nós vamos coletar as contribuições dos centros de estudos, sindicatos e
11 quem mais decidir encaminhar, e, a partir disso, a comissão faz um relato
12 das contribuições e encaminha novamente para o Conselho Universitário
13 aprovar, na íntegra, ou não, ou ainda optar por aprovar ou não, com
14 alterações. Trouxe essa discussão, porque foi cobrado que essa gestão
15 precisa rever o instrumento, porque vai demitir pessoas. Importante
16 esclarecer que não é a Gestão, foi a decisão do Conselho Universitário e
17 assim, precisa cumprir. A autonomia é exercida por meio dos Conselhos
18 Superiores, isso está pacificado entre nós e fora também. Então, está
19 obedecendo a decisão do conselho de 2014, inclusive proveniente de uma
20 intervenção que fez quando era diretor de centro, todos nós podemos
21 concordar ou não concordar em mudar o texto, mas, temos o dever
22 institucional de preservar a universidade. Decisão do conselho, não é para
23 ser punitivo, se for um instrumento punitivo têm que alterar o texto, é um
24 instrumento indutivo e têm que ser um instrumento radical no que o
25 movimento docente sempre defendeu a indissociabilidade de ensino,
26 pesquisa e extensão que só acontece nas nossas carreiras. Queremos
27 promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e induzir
28 que pesquisadores façam o processo de divulgação do conhecimento a
29 grupos sociais, queremos induzir o extensionista também a usar extensão
30 como objeto para pesquisa, espaço privilegiado para fazer pesquisa e
31 queremos que em tudo isso tenha estudantes porque fazemos ensino,
32 quando orientamos alguém da iniciação científica, é um aprendiz, alguém
33 que estamos trazendo para o ensino, um ensino diferente. Caso decidirmos
34 por não termos o processo avaliativo, a universidade será cobrada em
35 outros momentos, a nossa comissão de avaliação institucional vai apontar
36 isso e as avaliações externas também, o Conselho Universitário agora pode
37 mudar as decisões dos Conselhos Universitários anteriores, mas, como
38 vamos provar que estamos fazendo ensino, pesquisa e extensão e
39 praticando a indissociabilidade. As discussões estão acontecendo nos mais
40 variados espaços, pode ser contra a avaliação docente, mas, a universidade
41 vai ficar com um certo problema sob o ponto de vista das instâncias que
42 avaliam a universidade, então, trouxe essas informações aqui para os
43 senhores, pois é uma discussão que vamos ter que fazer e talvez seja

1 importante o CEPE se debruçar sobre essa matéria, uma vez que nos
2 nossos mais variados espaços já está sendo tratada a matéria também. O
3 que foi estabelecido no Conselho Universitário, como calendário, é que as
4 contribuições iriam para a comissão, para agora em abril, ou maio, a gente
5 pautasse no C.U. Tenho clareza que estamos em um março pior do que o
6 ano passado e o abril será pior do que o de abril do ano passado, então,
7 não dá para forçarmos nenhuma situação nesse momento, mas, as
8 instâncias superiores da universidade têm um desafio a ser cumprido e o
9 reitor tem que obedecer o que foi discutido nas instâncias da universidade,
10 se tivesse alguma coisa irregular, tinha vetado e voltado para o C.U discutir,
11 mas não o fez porque acompanhou todo o processo. Prof. Décio – teve o
12 privilégio de ser o presidente da comissão que entregou a avaliação dos
13 professores do estágio probatório, documento este que está sendo
14 implementado desde 2019, e têm o privilégio de continuar sendo o
15 presidente da comissão da avaliação do docente concursado efetivo.
16 Quando fui convidado a compor a chapa desta gestão, deixei claro que faria
17 política sim, mas, política universitária. Pode garantir que o resultado não
18 teve nenhum viés ideológico, porque o interesse da comissão é um
19 interesse institucional, não punitivo, infelizmente está tendo movimentações
20 dentro da instituição querendo politizar algo que é fundamental para nossa
21 instituição. Realmente não consegue entender a atitude de certos grupos e
22 certas pessoas, não adianta querer politizar essa questão, precisamos fazer
23 uma política de avaliação institucional, temos que avaliar nossos
24 professores. O produto está aí, evidentemente ele pode ser melhorado e
25 assim que os senhores e senhoras e a universidade como um todo enviarem
26 as sugestões, vamos novamente reunir a comissão para avaliar e vermos o
27 que pode ou não ser melhorado em relação a essa proposta, pede que leiam
28 o documento, fomentem a discussão com seus pares, porque isso é
29 fundamental para a nossa instituição. Prof. Amauri – no último CEPE
30 extraordinário e também no último C.U, infelizmente a PROPPG não esteve
31 presente, estava em reunião na SETI, depois, finalizando o edital da
32 Fundação Araucária e tanto o professor Eduardo Araujo, quanto a Profa.
33 Silvia Meletti estavam em outras reuniões que eles já tinham pré-
34 agendadas. O professor Alberto Gonzalez entrou em contato conosco na
35 semana passada, comunicando que houve, tanto no CEPE, quanto no C.U,
36 uma fala de conselheiros, a respeito de ações que nós estaríamos fazendo
37 com relação aos projetos de pesquisa, porque temos alguns projetos que
38 são obrigatoriamente presenciais e estão sendo desenvolvidos e outros não.
39 Também falou da iniciação científica, mas, não estávamos presentes no
40 momento para podermos falar. As ações estão sendo focadas e
41 direcionadas para os respectivos grupos, se é algo voltado para a pesquisa,
42 enviamos para quem tem projetos de pesquisa, se é para quem tem IC,
43 enviamos para quem tem alunos de IC, fizemos várias e várias ações que

1 partem da diretoria do professor Eduardo Araújo e pediu para ele fazer um
2 checklist cronológico de fatos e ações, inclusive com instruções de serviços
3 que fizemos e que foram comunicadas a quem tem projetos e quem tem
4 iniciação científica, pede para o professor Eduardo listar estas ações. Prof.
5 Eduardo – assim como as outras pró-reitorias acadêmicas, tentamos ser os
6 mais sensíveis possível, mediante ao momento em que estamos vivendo e
7 promover ajustes para que pudesse manter as atividades sem prejudicar a
8 comunidade acadêmica. Um dos momentos em que tivemos maior
9 dificuldade, logo no início da pandemia, foi em relação a execução dos
10 projetos de pesquisa, muitos docentes nos procuraram e perguntaram como
11 proceder com os projetos de pesquisa, alguns projetos precisavam
12 continuar em execução, seja porque envolviam organismos vivos, seja por
13 cronograma de instituições de fomento, então, existem situações
14 particulares que requerem que os projetos continuem em execução, outras
15 ainda era muito cedo para avaliar o que poderíamos fazer. Alguns pedidos
16 de suspensão de projetos, pedimos para as pessoas aguardarem um pouco
17 mais, para definir o cenário da pandemia e conforme foi avançando essa
18 situação grave que estamos vivendo e com algumas prorrogações dos atos
19 executivos, suspendendo as atividades presenciais, entramos com um
20 pedido, via câmara de pesquisa, que chegou ao CEPE, de renovação
21 automática dos projetos de pesquisa, em primeiro momento pensamos nos
22 projetos que venciam em 2020, para que pudessem ser prorrogados pelo
23 menos até o fim do ano, para que pudéssemos ter uma melhor clareza do
24 cenário, para então avaliarmos, e foi aprovado com bastante compreensão
25 do CEPE. No decorrer do ano fomos também percebendo a manutenção do
26 cenário, dificuldades, novas prorrogações de atos executivos suspendendo
27 as atividades presenciais, fizemos um novo pedido de renovação dos
28 projetos de pesquisa, agora não pensando somente nos que venciam em
29 2020, mas, em todos que estavam em execução naquele momento, para
30 que tivessem igual tempo do período em que estávamos com suspensão
31 das atividades presenciais e nesta última resolução que foi aprovada pelo
32 CEPE, que está em vigor, já ficou definido em um artigo que as renovações
33 dos projetos continuariam ao mesmo tempo em que fossem ocorrendo
34 novas prorrogações das nossas atividades presenciais, e assim fomos
35 tentando garantir tranquilidade para nossos docentes, de que não seriam
36 penalizados por nós na hora de entregarem os relatórios, e assim está
37 acontecendo, os projetos estão sendo prorrogados automaticamente, toda
38 vez que há também prorrogação da suspensão de atividades presenciais.
39 Existem projetos que não estão sendo executados, por diversos motivos, e
40 aqueles que continuaram em execução por envolver organismos vivos,
41 animais, outros projetos envolvendo seres humanos no HU e muitos deles
42 relacionados à busca de soluções para a própria COVID, de diagnóstico,
43 busca de melhor compreensão da doença, entre outros, e não tinham como

1 ser interrompidos e estes projetos tem sido realizado por docentes e pós-
2 graduandos, houve um momento que começou a surgir dúvidas e
3 questionamentos na PROPPG em respeito da participação dos alunos de
4 graduação que fazem a iniciação científica vinculada a estes projetos e essa
5 demanda chegou na PROPPG no final do ano passado. Nossa primeira
6 orientação foi que os alunos de graduação que estão de Londrina, poderiam
7 ser convidados a participar da execução destes projetos, desde que fosse
8 um projeto que já tivesse em execução e que o titular da unidade onde fica
9 a estrutura para a coleta de dados estivesse de acordo com isso, porque o
10 titular dá melhor compreensão da capacidade de segurança das pessoas
11 que estão lá executando. Foi essa a nossa orientação no início, antes de
12 dar essa orientação consultamos o professor Miguel Etinger, a PJU, se
13 estaria adequada e não estaríamos ferindo o ato executivo, e a resposta foi
14 que estava de acordo e não estaríamos ferindo o ato executivo, mesmo
15 assim, houve alguns casos de docentes que queriam chamar os estudantes,
16 mas, estavam com dificuldades de ter a liberação do responsável pelo
17 espaço físico, para darem acesso a estes estudantes, assim, sentimos a
18 necessidade de discutir essa situação com os Diretores de Centros de
19 Estudos. A PROPPG chamou os diretores, discutimos essa demanda que
20 nós tínhamos recebido e os diretores levantaram de forma mais concreta os
21 casos em que os docentes achavam necessário que os estudantes viessem
22 para universidade, para participarem dos projetos. A partir dessa reunião,
23 fizemos uma prospecção, os docentes informaram que precisariam chamar
24 os estudantes de graduação para participar dos projetos e isso gerou um
25 relatório, encaminhamos para o grupo de trabalho do coronavírus, para
26 avaliarem e emitirem um parecer do que achavam adequado que fosse feito.
27 O parecer considerou adequado chamar os estudantes para participarem
28 dos projetos, mas, que precisaria ter uma avaliação de quem é responsável
29 pelo espaço físico em que o aluno estaria presente e recomendaram uma
30 manifestação dos colegiados dos cursos de graduação. Encaminhamos
31 este relatório para os Diretores de Centros, coordenadores de órgãos
32 suplementares e coordenadores de colegiados de cursos, com nossas
33 recomendações de que se fosse possível, com segurança, que estes
34 estudantes pudessem participar dos projetos de pesquisa, permitissem com
35 que eles viessem à universidade para contribuírem com os projetos já em
36 execução. Em nenhum momento a intenção foi induzir projetos que não
37 estavam em execução que comesçassem por este motivo, não era este o
38 intuito. Uma última ação que consideramos importante fazer, foi que existem
39 vários casos de orientadores de iniciação científica que se manifestaram
40 dizendo que mesmo assim não era adequado chamar o aluno ou não tinha
41 possibilidade do aluno vir cumprir o plano de trabalho firmado, por uma série
42 de motivos que estão relacionados à pandemia, então, para tranquilizar os
43 orientadores levamos essa demanda para o comitê PROIC, que decidiu que

1 seria possível no momento da entrega do relatório de alunos de IC, que o
2 orientador e o estudante apresentassem um artigo de revisão, fruto de uma
3 pesquisa bibliográfica durante este período, mesmo que o plano de trabalho
4 tivesse previsto coleta de dados, sendo possível justificar a impossibilidade
5 de ter realizado a referida coleta. O comitê PROIC concordou com nossa
6 proposta e avisamos a todos os orientadores no intuito de tranquilizá-los,
7 estamos fazendo o que é possível. Todas as nossas ações, tanto com
8 docentes, quanto com estudantes, têm sido pensadas para deixá-los
9 tranquilos, a Administração está sensível ao momento em que estamos
10 vivendo, sendo feito da melhor maneira possível. Prof. Sérgio – de fato nos
11 últimos conselhos universitários, um docente ficou com dúvidas na hora dos
12 informes, mas, foi esclarecido pelo próprio diretor de centro dele, das ações
13 que estão sendo realizadas. Agradece aos apontamentos, foram muito
14 elucidativos. Prof. Eliandro – reitor, na sua primeira fala, o senhor menciona
15 que tem todo um envolvimento da universidade com relação a esta questão
16 do COVID, quando tivemos há mais de um ano a suspensão das nossas
17 atividades e vivenciamos todo esse momento remoto, no nosso
18 departamento, mais especificadamente no nosso laboratório LABSAM,
19 iniciamos um processo de estudo sobre o COVID-19 e estamos estudando
20 desde então como tem sido a manifestação do COVID em Londrina, vocês
21 podem ver por meio de dados, reportagens que ocorrem, que a fala é muitas
22 vezes sobre uma vez que o número de pessoas acometidas vai variando e
23 existe uma estatística possível de ser feita para isso, e que muitas vezes é
24 muito bem feita e muito ilustrativa. O que nós estamos fazendo de diferente
25 é usar dados da Prefeitura de Londrina e fazer previsões a partir disso,
26 então, quem desejar ter acesso a esses dados, temos uma página na
27 internet em que estamos trabalhando em cima das movimentações da
28 COVID-19, fazendo previsões. Desenvolvemos um modelo matemático,
29 para pegar dados da nossa realidade e, a partir desses dados, fazer uma
30 previsão de como está a dinâmica do COVID em Londrina. O objetivo deste
31 trabalho, em primeiro momento, é fazer uma prestação de contas para a
32 sociedade, em segundo momento, mostrar que estamos fazendo um
33 trabalho, apesar da existência da pandemia, em paralelo, e traz esta fala
34 para os senhores, para mostrar que também há este trabalho sendo
35 desenvolvido. Além disso, também fazemos um cálculo da taxa de
36 transmissão R_t , e fazemos uma simulação. Atualmente estamos com uma
37 taxa de 0,2. Estamos a todo momento monitorando como o coronavírus está
38 se manifestado na cidade Londrina. Temos dois alunos de mestrado e um
39 aluno de graduação, que estão trabalhando com a gente e fazendo
40 simulações, também temos sido convidados para dar entrevistas em
41 programas de Tv e rádio e acabamos divulgando este importante trabalho
42 da UEL. Profa. Edméia – vivemos algo inusitado esta semana e queria
43 agradecer a universidade como um todo, porque a atuação no museu foi

1 muito rápida. Um caminhão desgovernado quebrou o portão do museu,
2 passou pelo meio, quebrou a grade da direita e chegou do outro lado da
3 Leste-Oeste, não houve fatalidade, algumas pessoas machucadas, mas,
4 passou pela Leste-Oeste e o sinal estava fechado, não pegou ninguém, foi
5 muita sorte. Então, agradece o quanto a universidade foi rápida para cuidar
6 desta questão, porque o museu fica em uma região perigosa da cidade e no
7 dia seguinte o museu já estava fechado, com alambrado nas duas partes
8 que estavam quebradas e agora já estamos seguros. Profa. Marta Favaro –
9 agradece nossos representantes do DCE e de vários CAs constituídos na
10 universidade, tivemos uma reunião esta semana, para que pudéssemos
11 fortalecer a campanha “Sou HU Sou UEL Sou pela Vida”, pedimos aos
12 nossos estudantes e eles nos atenderam prontamente em tentar estender a
13 todos nossos alunos, a seus conhecidos e às suas redes, a nossa
14 campanha de cuidado consigo e com todos que estão em volta de cada um,
15 eles foram muito preocupados, então, gostaria de externar o agradecimento
16 ao DCE e aos CAs, tivemos muitos CAs quase todos os centros
17 representados e acha que é uma ação de consciência importante por parte
18 dos nossos estudantes, fica aqui o agradecimento de toda sua equipe em
19 atendimento ao nosso convite. Profa. Mara Solange – informa que a UEL
20 está com várias ações, assim como disse o prof. Sérgio, e estas ações de
21 extensão em verdade vão mudando e tentando entender as novas
22 demandas da sociedade, nós estamos em um esforço com alguns órgãos
23 no intuito de organizar novas parcerias na forma de projeto, pois alguns
24 órgãos entenderam que a UEL pode ajudá-los tecnicamente nesse
25 momento tão difícil. Temos a previsão de lançarmos o chamamento para
26 projetos para um consórcio de saúde do Médio Parapanema, que é um
27 serviço de saúde enorme que está demandando projetos de diversas áreas.
28 A pandemia tem trazido muito sofrimento, a demanda social está
29 aumentando, na região sul, uma líder nos chamou para uma reunião porque
30 as condições de sobrevivência da comunidade dele não estão melhorando,
31 então, devemos continuar chamando a comunidade para novas campanhas,
32 novas ações de extensão, pede que fiquem atentos e estimulem os colegas
33 professores a experimentarem quanto é possível ser um professor
34 universitário, fazer extensão, pesquisa e continuar se realizando
35 plenamente em todas essas tarefas. Inclusive, temos um pedido especial da
36 Secretária Municipal de Idoso e da Saúde, porque especificadamente pelo
37 projeto UEL pela vida, que apontou que em torno de 25% dos idosos da
38 cidade estão com dificuldade para fazer o cadastro da vacina e pelo 5%
39 destes idosos não têm ninguém para ajudá-los e os serviços de saúde estão
40 tentando localizar estes idosos, então, estamos pedindo para todas as
41 pessoas que tenham projetos, ou contato com comunidades com idosos,
42 caso saibam de qualquer família ou idoso que não tenha tido acesso ainda
43 a possibilidade de vacina, passe o contato para tentarmos ajudá-los, para

1 não deixar ninguém de fora. E todas ideias que tiverem para ajudar as
2 comunidades podem passar para PROEX que vamos tentar ajudar de
3 qualquer forma. Nada mais havendo para tratar, o Prof. Sérgio Carlos de
4 Carvalho agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu, Deise
5 Mary Garbelini Bergamin, Secretária Geral dos Órgãos Colegiados
6 Superiores lavrei esta ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim
7 e pelos membros do Conselho presentes na reunião.

8
9 Sérgio Carlos de Carvalho
10 Reitor

11
12 Décio Sabbatini Barbosa
13 Vice-Reitor

14
15 Isabel Crstina Cordeiro
16 Representante suplente da Câmara de Graduação

17
18 Lucia Giuliano Caetano
19 Representante da Câmara de Graduação

20 Marcelo Alves de Carvalho
21 Representante da Câmara de Graduação

22 Silvia Regina Tacla
23 Representante da Câmara de Graduação

24
25 Clísia Mara Carreira
26 Representante da Câmara de Graduação

27
28 Mauro Roberto Rodrigues
29 Representante da Câmara de Graduação

30
31 Inês Cristina de Batista Fonseca
32 Representante da Câmara de Graduação

33
34 Jurandir Guatassara Boeira
35 Representante da Câmara de Graduação

36
37 Orlando Mendes Fogaça Junior
38 Representante da Câmara de Graduação

39
40 Nídia Aparecida Hernandez
41 Representante da Câmara de Pesquisa

42
43 Alexandre Orsato
44 Representante da Câmara de Pesquisa

45
46 Cássia Vanessa Olak Alves.
47 Representante da Câmara de Pesquisa

- 1
- 2 Silvia Ponzoni _____
- 3 Representante da Câmara de Pesquisa _____
- 4
- 5 Flávia Alessandra Guarnier _____
- 6 Representante suplente da Câmara de Pesquisa _____
- 7
- 8 Patrícia de Oliveira Rosa da Silva _____
- 9 Representante suplente da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade _____
- 10
- 11 Renata Katsuko Kobayoshi _____
- 12 Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade _____
- 13
- 14 Ana Claudia Saladini _____
- 15 Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade _____
- 16
- 16 Kely Regiane Tomeleri da Fonseca Pinto _____
- 17 Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade _____
- 18
- 19 Eliandro Rodriguesd Cirilo _____
- 20 Representante suplente da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade _____
- 21
- 22 Claudemir Zucarelli _____
- 23 Representante da Câmara de Pós-Graduação _____
- 24
- 25 Patrícia Ayub da Costa _____
- 26 Representante da Câmara de Pós-Graduação _____
- 27
- 27 Ângela Pereira Teixeira Victória Palma _____
- 28 Representante da Câmara de Pós-Graduação _____
- 29
- 30 Thaís de Souza Rocha _____
- 31 Representante da Câmara de Pós-Graduação _____
- 32
- 33 Tânia da Costa Fernandes _____
- 34 Representante do Órgão Suplementar (CAPL) _____
- 35
- 36 Edmarlon Giroto _____
- 37 Representante do Órgão Suplementar (LM) _____
- 38
- 39 Edméia Aparecida Ribeiro _____
- 40 Representante do Órgão Suplementar (Museu) _____
- 41
- 42 Marcia Teshima _____
- 43 Representante do Órgão Suplementar (EAAJ) _____
- 44
- 45 Natália Rodrigues de Held _____
- 46 Representante Discente _____
- 47
- 48

1	Thaís dos Santos Moraes	_____
2	Representante Discente	
3		
4	Paulo Rogério Catarini da Silva	_____
5	Representante dos Servidores Técnicos Administrativos	
6		
7	Amauri Alcindo Alfieri	_____
8	Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	
9		
10	Mara Solange Gomes Dellarozza	_____
11	Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade	
12		
13	Marta Gimenez Favaro	_____
14	Pró-Reitora de Graduação	
15		
16		